



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
Avenida do Contorno nº 7526 - Bairro CIDADE JARDIM - CEP 30380000 - Belo Horizonte - MG

ATA

REUNIÃO DA COMISSÃO GESTORA DO PLS

DATA: 04/03/2026

HORÁRIO - Início: 14h30 - **Término:** 15:40

LOCAL: Reunião virtual – via Teams

Assunto: Acompanhamento do Plano de Logística Sustentável do TRE-MG – avaliação de resultados, monitoramento de indicadores e planejamento de ações de sustentabilidade, nos termos da Portaria PRE nº 118, de 27 de junho de 2025

PAUTA:

- Relatório de Desempenho do PLS/TRE-MG – Ano-base 2025;
- Revisão do PLS em 2026;
- Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa – Deslocamento casa-trabalho (ano-base 2025);
- Indicador do PLS – Impressões (apuração do quantitativo);
- Contratação de energia de baixa e média tensão;
- Instalação de placas fotovoltaicas;
- Compensação de emissões de gases de efeito estufa (aquisição de créditos de carbono e cooperação com a Prefeitura de Belo Horizonte).

PARTICIPANTES:

Dra. Cristiana Martins Gualberto Ribeiro – Juíza Auxiliar da Presidência e Coordenadora da Comissão Gestora do PLS

Ana Eliza Pandolfi de Abreu - Coordenadoria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral-CEJE

Ana Márcia Passarini de Resende – Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SGG

Antonio de Faria Neto - Coordenadoria de Responsabilidade Social – CRS

Breno Murari Magnani Machado – Coordenadoria de Gestão Estratégica e Ciência - CGD

Flávia Maria Bicalho Bellini - Seção de Gestão Sustentável - SGESU

Helen Carolina Almeida Moreira – Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP

Heleno Ribeiro de Melo Oliveira - Secretaria de Gestão Administrativa – SGA

Júlia de Oliveira Prata Lima - Seção de Gestão Sustentável - SGESU

Luciana Mara de Oliveira Vale - Seção de Gestão Sustentável - SGESU

Luiz Otávio Vial - Secretaria de Gestão de Serviços - SGS

Marcelus Virgilius de Oliveira - Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

Miguel Mendonça de Alvarenga - Seção de Gestão Sustentável - SGESU

Renata Machado Campos Alves - Seção de Gestão Sustentável - SGESU

Renata Raphaele da Costa e Silva – Seção de Acessibilidade e Inclusão - SACES

Virlei Cardoso de Oliveira Júnior - Coordenadoria de Inteligência e Segurança - CIS

Wellerson Rubens de Amarante - Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

PONTOS DISCUTIDOS:

1. Abertura dos Trabalhos

- A reunião foi iniciada por Ana Márcia Passarini de Resende, que destacou a relevância do trabalho coletivo voltado à sustentabilidade institucional, abrangendo eficiência administrativa e responsabilidade socioambiental.
- Registrou o caráter multidisciplinar da equipe e agradeceu a presença da Dra. Cristiana Martins Gualberto Ribeiro e dos demais participantes.

2. Contextualização e alinhamento institucional

- Antonio de Faria Neto ressaltou que o encontro teve como objetivo promover alinhamento e atualização das ações vinculadas ao Plano de Logística Sustentável (PLS).
- Registrou o retorno da servidora Flávia Maria Bicalho Bellini à titularidade da Seção de Gestão Sustentável e Inovação (SGESU), destacando sua experiência e atuação histórica na agenda de sustentabilidade do Tribunal.

3. Relatório de Desempenho do PLS-Ano-base 2025

Flávia Bellini apresentou os principais resultados do Relatório Anual do PLS 2025, destacando que a maioria dos indicadores atingiu ou superou as metas estabelecidas, com avanços em:

- gestão de resíduos;
- eficiência no uso de energia;
- racionalização de materiais;
- qualidade de vida no trabalho;
- educação ambiental.

Registrou que os resultados refletem o empenho das equipes e o fortalecimento da cultura institucional de sustentabilidade.

Foram identificados três indicadores que demandam acompanhamento técnico, por apresentarem desempenho abaixo da meta:

- Consumo de água: aproximadamente 20% acima da meta estabelecida;
- Gastos com manutenção de veículos: impacto associado, em parte, ao projeto da biometria e ao envelhecimento da frota;
- Gastos com vigilância: ligeiramente superiores ao parâmetro previsto.

Informou que as justificativas encontram-se registradas, porém demandam análise complementar junto às unidades responsáveis.

4. Revisão do PLS e acompanhamento de indicadores

- Flávia ressaltou que a SGESU está realizando análise dos dados para subsidiar a revisão das metas do próximo ciclo do PLS (2027–2031).
- Foi registrado, ainda, a intensificação das ações previstas no Plano de Ação 2026, bem como a ampliação das medições vinculadas ao programa Justiça Carbono Zero, especialmente no inventário de emissões e na pesquisa sobre deslocamento casa-trabalho.
- Informou também o início de estudos para reformulação do painel (BI), mediante revisão do SPLANE e articulação com a SECID, com o objetivo de viabilizar acompanhamento mensal dos indicadores.

5. Indicador de impressões

Wellerson apresentou panorama dos desafios relacionados à mensuração do quantitativo de impressões, especialmente em ano eleitoral.

Marcelus, responsável técnico pela ferramenta de monitoramento, apresentou diagnóstico técnico indicando:

- existência de 1.157 impressoras no Tribunal;
- impossibilidade de extração automática de dados em impressoras antigas ou sem conexão de rede;
- desenvolvimento de novo painel de monitoramento, com consulta ativa de dados;
- processo de higienização das informações no sistema patrimonial (AZZI);

- identificação e recolhimento de impressoras ociosas;
- possibilidade de coleta manual de dados pelas zonas eleitorais.

Wellerson complementou propondo a realização de estudo estatístico prévio para avaliar representatividade de impressoras sem coleta automática, sugeriu possível recolhimento de impressoras antigas e destacou a importância de registrar margens de erro nos relatórios. Disse também que é possível monitorar as impressões pelo consumo de papel, pois com essa informação a área de negócio, na atividade de validação das informações, identificaria mais facilmente eventuais distorções.

Flávia destacou que a proposta é promissora, por permitir maior responsabilização das unidades, campanhas de conscientização e melhoria da confiabilidade dos dados.

6. Indicador de consumo de água

- Luiz Vial informou a instalação de equipamentos economizadores, como bacias sanitárias e torneiras eficientes.
- Apontou discrepâncias em comparativos nacionais, possivelmente relacionadas a cartórios instalados em prédios de terceiros e mudanças de sede.
- Ressaltou a necessidade de avaliação metodológica dos parâmetros de comparação.
- Marcelus acrescentou que variações superiores a 20% nos atestes mensais geram justificativas, frequentemente associadas a eventos específicos, como períodos eleitorais ou vazamentos decorrentes de caso fortuito.

7. Energia elétrica e projetos de eficiência energética

Luiz Vial apresentou panorama das ações em curso:

- projetos de instalação de sistemas fotovoltaicos para o Centro de Apoio estão tramitando, mas aguardam disponibilidade orçamentária;
- constatou a existência de dificuldades regulatórias para contratação de energia limpa em baixa tensão;
- destacou, ainda, as experiências bem-sucedidas de órgãos estaduais (TJMG, TCE-MG e Assembleia Legislativa) por meio de dispensa de licitação;
- enfatizou a necessidade de adequação da subestação do prédio sede para viabilizar contratação de energia em média tensão.

Dra. Cristiana solicitou levantamento de informações, estudos e documentos utilizados por outros órgãos públicos para subsidiar análise jurídica no âmbito do TRE-MG.

8. Compensação de emissões de gases de efeito estufa

Flávia Bellini efetuou as seguintes considerações:

- o processo de aquisição de créditos de carbono encontra-se em tramitação;
- está em análise Acordo de Cooperação com a Prefeitura de Belo Horizonte para plantio de mudas;
- a SGESU continuará conduzindo os estudos técnicos necessários.

9. Encaminhamentos

Foram definidos os seguintes encaminhamentos:

- realizar levantamento de modelos de contratação ou dispensa de licitação para energia limpa utilizados por outros órgãos (TJ-MG, TCE-MG, MPF, TRF-6ª Região e TRT-3ª Região) no prazo de 10(dez) dias;
- consolidar estudo estatístico sobre impressoras sem medição automática;
- revisar metodologia de apuração dos indicadores de água e impressão da seguinte forma:
 - revisar metodologia de apuração dos indicadores de água;
 - validar a metodologia de apuração dos indicadores de impressão;
- ampliar acompanhamento mensal dos indicadores por meio de BI;
- dar continuidade aos processos de implantação de energia fotovoltaica e compensação de emissões.

10. Encerramento

A Dra. Cristiana registrou a expectativa de retorno quanto aos encaminhamentos definidos.

Antonio agradeceu a participação de todos e informou que os resultados dos trabalhos serão encaminhados à Presidência do Tribunal.

Nada mais havendo a tratar, Ana Márcia declarou encerrada a reunião.



Documento assinado eletronicamente por **BRENO MURARI MAGNANI MACHADO**, **Coordenador(a)**, em 16/03/2026, às 16:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **HELENO RIBEIRO DE MELO OLIVEIRA**, **Secretário(a)**, em 16/03/2026, às 18:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELUS VIRGILIUS DE OLIVEIRA**, **Chefe de Seção**, em 16/03/2026, às 18:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **WELLERSON RUBENS DE AMARANTE**, **Secretário(a)**, em 16/03/2026, às 19:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANA MÁRCIA PASSARINI DE RESENDE**, **Secretário(a)**, em 16/03/2026, às 19:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ OTÁVIO VIAL**, **Secretário(a)**, em 17/03/2026, às 08:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANA MARTINS GUALBERTO RIBEIRO**, **Juíza Auxiliar da Presidência**, em 17/03/2026, às 10:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RENATA RAPHAELE DA COSTA E SILVA**, **Chefe de Seção**, em 17/03/2026, às 12:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO DE FARIA NETO**, **Coordenador(a)**, em 17/03/2026, às 17:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIA MARIA BICALHO BELLINI**, **Chefe de Seção**, em 18/03/2026, às 12:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **HELEN CAROLINA ALMEIDA MOREIRA**, **Analista Judiciário**, em 19/03/2026, às 13:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANA ELIZA PANDOLFI DE ABREU**, **Coordenador(a)**, em 19/03/2026, às 18:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VIRLEI CARDOSO DE OLIVEIRA JÚNIOR**, **Chefe do Núcleo de Segurança Institucional**, em 24/03/2026, às 15:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.tre-mg.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7254559** e o código CRC **061ACE41**.

0005554-92.2026.6.13.8000

7254559v1